



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N.º 002/24, DE NOVE DE JULHO DE 2024.

"Estabelece o subsídio do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito para o Quadriênio de 2025-2028 e dá Outras Providências"

SAIMON ANTONIO RODRIGUES DA COSTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARÃO DE COTEGIPE, Estado do Rio Grande do Sul. FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - O Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito perceberão mensalmente a título de subsídio durante do quadriênio que vai do ano de 2025 à 2028, as seguintes importâncias:

I – O Prefeito Municipal: R\$ 18.151,98 (dezoito mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos).

II – O Vice-Prefeito: R\$ 9.075,85 (nove mil e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

§ 1º Durante toda a legislatura o prefeito e o vice-prefeito municipal perceberão, junto com o salário do mês de dezembro de cada ano, o valor correspondente a mais um subsídio a título de gratificação natalina.

§ 2º No caso de licenciatura por doença, devidamente comprovada por atestado médico aprovada pela Câmara, o Prefeito e o Vice-Prefeito perceberão seus subsídios integralmente.

§ 3º Estando o agente político vinculado ao Regime Geral de Previdência Social a licença-saúde será complementada, se necessário até o valor do subsídio integral.

§ 4º O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando em gozo de férias, perceberão os respectivos subsídios.

Parágrafo Único. No último ano de mandato, o Prefeito terá direito a perceber o valor referente ao período de férias a que teria direito e relativo ao último mandato, ante a impossibilidade de gozo, na forma indenizada.



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art.2º - O substituto legal que assumir a chefia de Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do mesmo, proporcionalmente, ao período de substituição e levando em consideração o número de dias em que ocorrer a mesma.

Art. 3º - Os subsídios fixados no art. 1º poderão sofrer reajustes mediante lei específica quando:

I – forem reajustes os servidores municipais, nos mesmos índices e épocas em que ocorrera revisão destes;

II – ocorrer à reclassificação e/ou reenquadramento de pessoal, a qualquer título, com repercussão financeira favorável aos servidores e quando houver reajustes diferenciados de cargos e funções, pela média aritmética.

§ 1º Ocorrendo a hipótese prevista do inciso I deste artigo no primeiro ano do quadriênio, caberão somente o reajuste proporcional aos meses a partir de janeiro do ano ora referido e a parcela que exceder a revisão geral anual.

§ 2º Os reajustes de que trata este artigo, somente serão concedidos se não ultrapassarem as limitações impostas pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/2000, caso em que serão fixados até o limite dessas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentaria Anual.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2025.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARÃO
DE COTEGIPE/RS AOS NOVE DIAS DE JULHO DE 2024.**

SAIMON ANTONIO RODRIGUES
DA COSTA:04192690020

Assinado de forma digital por SAIMON
ANTONIO RODRIGUES DA
COSTA:04192690020
Dados: 2024.07.10 10:40:25 -03'00'

**SAIMON ANTONIO RODRIGUES DA COSTA
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARÃO DE COTEGIPE**



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 02/2024.

Tem o presente projeto de Lei o objetivo de estabelecer o subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito para a legislatura de 2025-2028, em consonância aos Art. 37, parágrafo I alínea a) do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Como é de conhecimento dos vereadores desta egrégia casa de leis, se faz necessária a fixação do subsídio dos agentes políticos do município que deve ser fixado no ano anterior ao pleito eleitoral para a próxima legislatura.

Visando atender ao disposto na Lei, apresentamos este projeto que Fixa o subsídio para os cargos de Prefeito e Vice Prefeito e que garantem os índices para a próxima legislatura.

Encontrando-se dentro dos índices e limitações impostas pela Constituição Federal, Lei Orgânica, Regimento Interno e a Lei Complementar nº 101/2000 solicitamos ao plenário a deliberação do presente projeto de Lei.

Certos de contarmos com a aprovação por essa Casa Legislativa deste Projeto de Lei subscrevo-me.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARÃO
DE COTEGIPE/RS AOS NOVE DIAS DE JULHO DE 2024.**

SAIMON ANTONIO RODRIGUES
DA COSTA:04192690020

Assinado de forma digital por SAIMON
ANTONIO RODRIGUES DA
COSTA:04192690020
Dados: 2024.07.10 10:40:37 -03'00'

**SAIMON ANTONIO RODRIGUES DA COSTA
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARÃO DE COTEGIPE**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO DE
BARÃO DE COTEGIPE

PODER LEGISLATIVO DE BARÃO DE COTEGIPE
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO LEGISLATIVO Nº 001/2024
DESPESAS COM PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 002/2024

Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro sobre as Despesas com a fixação do Subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito para o Quadriênio de 2025-2028, conforme valores abaixo:

Dotações Orçamentárias Iniciais para Pagamento de Pessoal-Poder Executivo	13.364.400,00
Créditos Suplementares	27.600,00
Reduções Orçamentárias	104.000,00
Dotação Atualizada	13.288.000,00
Despesas com pagamento de pessoal até 09/07/2024	6.018.237,00
Saldo em 09/07/2024	7.269.763,00
Estimativa das despesas com pessoal de 07/2024 a 12/2024	6.937.000,00
Saldo das Dotações Orçamentárias com os valores do Impacto	332.763,00
Estimativa do Impacto Acima	0,00
Saldo da dotação de Pessoal e Encargos	332.763,00

OBSERVAÇÕES:

- 1º - Os cálculos foram realizados com base em 09/07/2024.

Portanto, existem plenas condições Financeiras e Orçamentárias para atender as despesas com a criação do cargo acima, dessa forma as exigências constitucionais e as previstas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Barão de Cotegipe-RS, 09 de julho de 2024.

MAURICIO
MENEGHEL:5126
0980049

Assinado de forma digital por
MAURICIO
MENEGHEL:51260980049
Dados: 2024.07.10 09:59:07
-03'00'

Maurício Meneghel
Contador



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO DE
BARÃO DE COTEGIPE

DECLARAÇÃO

DO ORDENADOR DA DESPESA

SAIMON ANTONIO RODRIGUES DA COSTA, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às determinações da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, datado de 09 de julho de 2024, DECLARO que o Impacto Financeiro do Projeto de Lei Legislativo nº002/2024 tem adequação na Lei Orçamentária Anual-LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Plano Plurianual de Investimentos-PPA, referente ao exercício econômico e financeiro de 2024 e exercícios seguintes.

Barão de Cotegipe, 09 de julho de 2024.

SAIMON ANTONIO
RODRIGUES DA
COSTA:04192690020

Assinado de forma digital por
SAIMON ANTONIO RODRIGUES DA
COSTA:04192690020
Dados: 2024.07.10 09:58:43 -03'00'

SAIMON ANTONIO RODRIGUES DA COSTA,
Presidente do Poder Legislativo Municipal.